



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

PROJETO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

1. AÇÃO EDUCACIONAL

Curso de Extensão em Assessoria Parlamentar (Edição 2025).

1.1. Áreas de Conhecimento

6.02.02.00-9 – Administração Pública

6.01.00.00-1 – Direito

6.01.02.00-4 – Direito Público

7.09.00.00-0 – Ciência Política

1.2. Órgão Executor

ILB/COESUP/SEFOPEE

1.3. Contribuições para elaboração do projeto

- Chefes de Gabinetes de Senadores
- Consultoria Legislativa
- Nainova
- Serviço de Pesquisa Parlamentar da Biblioteca do Senado Federal
- Coordenação de Educação Superior
- Serviço dos Cursos de Pós-Graduação
- Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

1.4. Contribuições para atualização e para adaptação do projeto original

- Aires Pereira das Neves Junior
- Dalmo Jorge Lima Palmeira
- Diogo Macedo de Novaes
- Luciano Henrique da Silva Oliveira



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

- Serviço de Pesquisa e Atenção ao Usuário da Biblioteca

1.5. Facilitadores de Aprendizagem e Coordenador-Geral do Curso

A depender do resultado do processo seletivo com base na Instrução Normativa (IN) do ILB nº 01/2021 (e atualizações).

1.6. N° de vagas

40 vagas.

1.7. Público-alvo

O público-alvo abrange, preferencialmente, servidores efetivos ou comissionados do Senado Federal ou de órgãos parceiros que atuam ou pretendem atuar na assessoria parlamentar.

1.8. Requisitos para participação discente

São pré-requisitos para participar do curso na condição de discente: (i) possuir diploma de graduação reconhecido pelo MEC; (ii) possuir disponibilidade para participação integral na ação educacional; (iii) possuir meios de acesso a recursos computacionais e de internet para acompanhamento das aulas remotas e também para a realização das atividades extraclasse.

Embora não seja mandatório, é desejável experiência prática em gabinetes parlamentares ou conhecimentos sobre processo legislativo e/ou orçamentário.

1.9. Carga horária

70 horas-aula remotas, via plataforma de videoconferência.

1.10. Período e periodicidade

Dias e horários das aulas síncronas: segundas e sextas-feiras, das 8h às 12h10, e, excepcionalmente, segundas-feiras, das 14h30 às 16h30.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

1.11. Previsão de realização

Primeiro semestre de 2025.

2. JUSTIFICATIVA

O Curso de Extensão em Assessoria Parlamentar justifica-se pela sua pertinência quanto ao aperfeiçoamento da atuação profissional direta e indireta dos servidores que trabalham, já atuaram ou têm interesse em trabalhar em gabinetes parlamentares, seja na chefia de gabinete ou no assessoramento técnico-político de deputados e de senadores. Terá como foco a discussão, a reflexão e a produção de conhecimentos sobre o suporte profissional necessário para que o parlamentar possa desempenhar o seu mandato de forma ética e eficaz.

Como exemplo ilustrativo da necessidade de preparação regular de profissionais de assessoria no âmbito do Senado Federal, é possível destacar as mudanças introduzidas com a eleição de parlamentares pela primeira vez no cargo, assim como a assunção, por parte de suplementes, das vagas de titulares, ao longo da legislatura. Tais situações demonstram a necessidade de capacitar e de auxiliar na formação das equipes dos gabinetes que assessoram os parlamentares. Outrossim, vale ressaltar que esta ação educacional busca atender e atualizar também os servidores dos gabinetes dos demais senadores que estão em meio de mandato.

Em relação à difusão e à produção de saberes de alto nível, trata-se de ação educacional, já realizada em 2022, ocasião na qual foram certificados 40 discentes, dentre servidores públicos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Do ponto de vista de focalização organizacional no Senado Federal, as disciplinas propostas no quadro programático do curso coadunam-se, de forma ampla, com as especialidades integrantes da carreira legislativa do Senado Federal, conforme disposto na Matriz Geral de Correlação do Conhecimento (Anexo II do Ato do 1º Secretário nº 3, de 2014, redação dada pelo Ato da Diretoria-Geral nº 34 de 2023, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal - BASF nº 9043, Seção 1, de 13/11/2023). Dentre as áreas de interesse da Casa, a proposta educacional perpassa, por exemplo, por temas inseridos nos



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

campos de Administração, de Ciência Política, de Orçamento Público, de Processo Legislativo e de Técnicas Legislativas.

Por fim, a ação educacional foi incluída no Plano Anual de Capacitação dos Servidores do Senado Federal (PCASF) 2025¹ e está prevista no plano plurianual de oferta – Ações Estruturantes 2023-2026, da Educação Superior do ILB, conforme relatório publicado no BASF nº 8620, Seção 1, de 26/12/2022.

3. OBJETIVOS

3.1. Geral: desenvolver competências para o adequado cumprimento das atribuições do assessor parlamentar, com vistas ao suporte profissional para o desempenho dos mandatos dos representantes políticos no Poder Legislativo.

3.2. Específicos:

- estimular a reflexão crítica sobre a dinâmica do Poder Legislativo;
- ampliar a visão do papel do assessor parlamentar na estrutura do Congresso Nacional;
- fomentar a compreensão da complexidade dos fenômenos que envolvem o Legislativo, por meio de conhecimentos essenciais às atividades de assessoramento aos parlamentares;
- analisar os aspectos teóricos, legais e práticos do processo legislativo e orçamentário;
- oportunizar o diálogo crítico e qualificado acerca da organização e da administração de gabinetes parlamentares;
- discutir os limites e as possibilidades relativos à conduta dos representantes políticos;
- construir conhecimentos especializados em temáticas relativas ao assessoramento parlamentar.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

¹ O PCASF 2025 ainda não foi publicado até o momento da elaboração deste projeto.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

O curso terá seis disciplinas, distribuídas da seguinte forma:

Unidade	Disciplinas	Carga horária
I	Visão Sistêmica do Poder Legislativo	10 horas
II	Organização e Administração de Gabinetes Parlamentares no Senado Federal	12 horas
III	O Papel do Assessor Parlamentar no Processo Legislativo no Senado Federal e no Congresso Nacional	12 horas
IV	O Orçamento Público e a Atuação da Assessoria Parlamentar	12 horas
V	Ética, Responsabilidades e Limites no Desempenho do Mandato Parlamentar	12 horas
VI	Laboratório de Práticas	12 horas
Carga horária total		70 horas

5. DISCIPLINAS

Disciplina I – Visão Sistêmica do Poder Legislativo



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Objetivos:

- compreender as responsabilidades do Poder Legislativo no contexto político-institucional;
- analisar as relações entre o Parlamento com a sociedade e com outras instituições.

Ementa: organização político-administrativa do Poder Legislativo: competências e estrutura dos órgãos decisórios da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Parlamento e representação política. Papel dos partidos políticos e das lideranças partidárias. Grupos de interesse e as formas de utilização dos canais de interlocução com o Legislativo. Fiscalização e controle exercido pelo Poder Legislativo. Avaliação de políticas públicas no Poder Legislativo. A relação e o diálogo institucional entre poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Como as competências do Poder Legislativo têm sido ampliadas ou restringidas pela atuação dos outros poderes. O papel das assessorias parlamentares no âmbito do Poder Executivo.

Carga horária: 10 horas.

Referências*:

ALMEIDA, Péricles Ferreira de. O Poder Executivo e a atividade legislativa: uma breve comparação entre os modelos francês e brasileiro. **Revista de direito constitucional e internacional**, v. 28, n. 120, p. 131–161, ago. 2020.

ARAUJO, Cicero. Representação política e crise da representação em perspectiva conceitual. **Revista Parlamento e Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 13–26, 20 jul. 2015. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/72>. Acesso em: 3 dez. 2024.

ARAUJO, Tatyanne Maria Lins de. **O descumprimento do mandamento constitucional ao poder legislativo para regulamentar direitos fundamentais e suas consequências para a democracia**. São Paulo: Dialética, 2024.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio O. (Orgs.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. [2. ed.] Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.

AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BEDRITCHUK, Rodrigo Ribeiro. O Senado à frente do Congresso: sessão conjunta e direção dos trabalhos ao longo de 200 anos. **Revista de informação legislativa**, v. 61, n. 241, p. 45-65, jan./mar. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/61/241/ril_v61_n241.pdf#page=45. Acesso em: 3 dez. 2024.

BORGES, Gabriel Augusto Mendes; OLIVEIRA, Arlindo Fernandes de (Orgs.). **Fiscalização do Congresso e democracia**. Brasília: Senado Federal, 2020.

CALCA, Patrícia. **Executive-legislative relations in parliamentary systems: policy-making and legislative processes**. New York: Palgrave Macmillan, 2022.

CARVALHO, Valter Rodrigues de. Constituição, Constituinte exclusiva e reforma do sistema representativo: procedimentos, veto players e mudanças constitucionais. **Revista de informação legislativa**, v. 60, n. 238, p. 33-57, abr./jun. 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/60/238/ril_v60_n238_p33. Acesso em: 3 dez. 2024.

CECILIO, Adriana. **A separação dos poderes e o sistema de freios e contrapesos**. 1. ed. São Paulo: Amanuense, 2022.

CHUNGONG, Martin. Refreshing democracy through better public engagement. **The journal of legislative studies**, v. 29, n. 3, p. 357-360, Sept. 2023.

FONSECA, Edson Pires da. **Direito constitucional legislativo: Poder Legislativo, direito parlamentar e processo legislativo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

GRIGLIO, Elena. **Parliamentary oversight of the executives: tools and procedures in Europe**. Oxford, UK: Hart Publishing, 2022 (Parliamentary democracy in Europe, 4).

INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lucio. (Orgs.). **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Editora FGV, São Paulo, 2000.

MARTIN, Shane; STRØM, Kaare. **Legislative assemblies: voters, members, and leaders**. New York: Oxford University Press, 2023.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

MATOS, Nelson Juliano Cardoso; MOURA JÚNIOR, Carlos Alberto da Silva. O Senado na Constituição de 1934: uma análise do surgimento do instituto da coordenação dos Poderes. **Revista de informação legislativa**, v. 61, n. 241, p. 95-114, jan./mar. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ri/edicoes/61/241/ri_v61_n241_p95.pdf. Acesso em: 3 dez. 2024.

MENDES, Gilmar. 200 anos de Constituição e dois séculos de Senado Federal. **Consultor Jurídico**, Opinião, 25/03/2024, às 18h26. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/GilmarMendes/ArtigosJornais/1258513.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy J. (Org.). **Instituições Representativas no Brasil: Balanço e Reformas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

NOGUEIRA, Octaciano. **O Senado Federal em perguntas e respostas**. 1ª ed. Brasília: Senado Federal, 2011.

PEREIRA, Gabrielle Tatith; NORONHA, Anderson de Oliveira (Orgs.). **Poder Legislativo: defesa institucional, representação judicial e assessoramento jurídico**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2020.

QUEIROZ, Antônio Augusto. **Poder Legislativo: como é organizado, o que faz e como funciona**. Brasília: DIAP, 2014 (Série estudos políticos).

SILVA, José A. **Estrutura e funcionamento do Poder Legislativo**. Revista de informação legislativa: v. 47, n. 187, p. 137-154, 2010. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ri/edicoes/47/187/ri_v47_n187_p137.pdf. Acesso em: 3 dez. 2024.

VALE, Paulo William Rocha. **A guerra dos poderes: existe mesmo harmonia entre o executivo, legislativo e judiciário?** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e poderá ser ampliada pelo facilitador de aprendizagem.

Disciplina II – Organização e Administração de Gabinetes Parlamentares no Senado Federal

Objetivos:



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

- compreender um modelo organizacional de gabinete parlamentar, baseado em área-meio e área-fim, conforme os processos administrativo, político, legislativo, orçamentário e de comunicação, como estrutura operativa do mandato de senador;
- definir papéis e competências ideais da equipe de gabinete;
- conhecer o ordenamento normativo interno da área, disposto no Regulamento Administrativo e em outros atos administrativos do Senado Federal.

Ementa: estrutura funcional de gabinete parlamentar. Atribuições do gabinete no Senado e do escritório político no estado. Estrutura, prerrogativas, obrigações e regras aplicáveis aos gabinetes parlamentares. O perfil político-parlamentar a partir das disposições constitucionais. Quadro de processos do gabinete, com base nas 4 funções do Poder Legislativo. Assessorias burocrática e política. Relacionamento entre o parlamentar, a chefia de gabinete e o assessor político do mandato. Recursos internos oferecidos ao gabinete. Agendas institucional e difusa. Espaços para a atividade parlamentar: Plenário, comissões, frentes parlamentares, conselhos e órgãos do parlamento. Pautas, ordem do dia, reuniões de bancada. Mesa, partido e bloco partidário, com cada estrutura administrativa. Interação com a sociedade: canais de comunicação com o cidadão, sociedade organizada e autoridades. Canais internos de comunicação e etiqueta em aplicações de mensagens instantâneas, como o WhatsApp. O relacionamento do mandato com o profissional de relações governamentais em temas parlamentares. Eventos internos e missões oficiais. Transparência e relação com a imprensa. Plano de gestão em teletrabalho.

Carga horária: 12 horas.

Referências*:

BRASIL. Senado Federal. **Guia do Parlamentar**. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/guias/senadores/guia-do-parlamentar-2023>. Acesso em: 3 dez. 2024.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

BRASIL. Senado Federal. **Regulamento Administrativo do Senado Federal**. 4ª ed., rev. e atual. Brasília: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://adm.senado.gov.br/normas/ui/pub/normaConsultada?idNorma=14380502>. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Uma visão técnica dos processos político e legislativo**. 11 jun. 2007. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/81998>. Acesso em: 3 dez. 2024.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha. **Por dentro dos gabinetes: organização e profissionalização das assessorias parlamentares na comunicação em mídias sociais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/63301/R%20-%20D%20-%20MARCIO%20CUNHA%20CARLOMAGNO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 dez. 2024.

FRANKLIN, Luiza Amalia Soares; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. Responsividade e comunicação parlamentar: uma investigação sobre os deputados federais brasileiros. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. e270839, 8 dez. 2023. DOI 10.1590/0103-3352.2023.42.270839. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/Bvw7jqCRJ69dSH8NmGGLdYc/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

GOMES, Antonio M. T. L. **Metodologia de avaliação e planejamento parlamentar: um estudo de caso sobre o seu impacto na elaboração de políticas públicas**. Revista de Informação Legislativa, v. 54, n. 215, p. 179–193, jul. 2017. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/536843>. Acesso em: 3 dez. 2024.

MACHADO, Izabel O.V. **Comunicação no legislativo: a integração entre os veículos de comunicação do Senado Federal e as assessorias de imprensa dos mandatos de senadores**. 6 ago. 2015. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/515936>. Acesso em: 3 dez. 2024.

NEVES JÚNIOR, Aires P. das. **Eficiência e aprendizagem organizacional: o caso do gabinete de senador**. 2009. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/190820>. Acesso em: 3 dez. 2024.

NIESER, Elizeu. **Gestão de Gabinete Parlamentar: Um Guia Completo e Passo a Passo**. [S. l.]: E.NIESER, 2023.

NOGUEIRA, Octaciano. **Curso básico de assessoria parlamentar**. Brasília: Letrativa, 2002.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

PERRONE, Marisa. **O papel da informação e da biblioteca no assessoramento legislativo.** 28 mar. 2007. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/70269>. Acesso em: 3 dez. 2024.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e poderá ser ampliada pelo facilitador de aprendizagem.

Disciplina III – O Papel do Assessor Parlamentar no Processo Legislativo no Senado Federal e no Congresso Nacional

Objetivo:

- contextualizar o papel da assessoria parlamentar no processo legislativo no Senado Federal e no Congresso Nacional.

Ementa: Papéis do assessor e do parlamentar no processo legislativo. Áreas de suporte técnico e operacional no âmbito do Congresso Nacional e do Senado Federal. Instrumentos regulamentares do processo legislativo. Noções gerais do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Comum do Congresso Nacional. Particularidades, diferenças e similaridades dos processos legislativos no âmbito do Congresso Nacional e do Senado Federal. Princípios do processo legislativo. Ritos legislativos (ordinário, abreviado, sumário, concentrado e especial). Tipos de proposições legislativas. Apresentação e tramitação de proposições. Emendas e substitutivos. Pareceres. Modalidades e normas de votação. Urgência regimental. Prejudicialidade e preferência. Tramitação conjunta de proposições. Retirada de proposições. Destaques. Questões de ordem. Dinâmica e funcionamento das comissões e do plenário. Participação popular no processo legislativo.

Carga horária: 12 horas.

Referências básicas*:



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Resolução N° 20, de 1993. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal>. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Regimento Comum**: Resolução n° 1, de 1970-CN (texto consolidado até janeiro de 2019) e normas conexas. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, 2019.

BRASIL. Congresso Nacional; Senado Federal. **Regimento interno**. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/605237>. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **A dinâmica do processo legislativo**. 2 mar. 2009. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/149937>. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Glossário de termos da técnica legislativa**. 1. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações, 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Questões de Ordem**: banco de dados. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/questoes-de-ordem>. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Regulamento Administrativo do Senado Federal**. 4ª ed., rev. e atual. Brasília: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://adm.senado.gov.br/normas/ui/pub/normaConsultada?idNorma=14380502>. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 854**, Relatora: ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 17/12/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-036 DIVULG 22-02-2022 PUBLIC 23-02-2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6199750>. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRUM, Rodrigo; RODRIGUES, Randolfe. **Regimento interno do Senado Federal comentado**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2024.

CAVALCANTE FILHO, João Trindade. **Processo legislativo constitucional**. 7. ed., rev.ampl.atual. São Paulo: JusPODIVM, 2024.

DEZEN JUNIOR, Gabriel. **Processo Legislativo Completo**: esquematizado em quadros. Brasília: Alumnus, 2017.

FERREIRA FILHO, Manoel G. **Do Processo Legislativo**. 7ª edição: 2012. Editora Saraiva.

MORAU, Caio; O. Carlos E. E. (Orgs.). **Processo legislativo**: teoria e prática. 1. ed., 3. tiragem. São Paulo: JusPODIVM, 2022. Acesso em: 3 dez. 2024.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

NÓBREGA NETTO, Miguel Gerônimo da; SANTOS, Luiz Claudio Alves dos; CARNEIRO, André Corrêa de Sá. **Fundamentos do processo legislativo**. 1. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023 (Coleção prática legislativa, n. 5).

OLIVEIRA, Luciano H. S. **Comentários ao Regimento Interno do Senado Federal - Regras e práticas regimentais da Câmara Alta da República**. Vol. 289 - A e B. Brasília: Senado Federal, 2021.

SOUZA, Paulo Fernando Mohn e. **Processo legislativo bicameral no Brasil: como as câmaras resolvem suas divergências na elaboração legislativa?** 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2024.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e poderá ser ampliada pelo facilitador de aprendizagem.

Disciplina IV – O Orçamento Público e a Atuação da Assessoria Parlamentar

Objetivos:

- discutir o processo orçamentário brasileiro desde a análise e a participação na configuração dos mecanismos normativos e deliberativos até as atividades de controle e fiscalização da execução do orçamento público no âmbito do Executivo Federal;
- analisar os procedimentos necessários à boa execução das emendas parlamentares;
- contextualizar o suporte técnico ao legislador nas etapas do processo orçamentário brasileiro;
- dominar as características das emendas parlamentares orçamentárias;
- conhecer os serviços de suporte técnico orçamentário no Congresso Nacional, os fluxos das principais proposições orçamentárias, bem como a atuação da Comissão Mista de Orçamento.

Ementa: Atuação do assessor e do parlamentar no processo legislativo orçamentário. Tramitação, características e funções do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Emendas parlamentares: tipos, limites e regime jurídico. Especificidades das emendas impositivas. Redação de emendas. Relação com as Consultorias



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

de Orçamentos, Fiscalização e Controle (CONORF) e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Composição e participação na CMO. Fluxos do processo legislativo orçamentário e do processo de execução orçamentária no Executivo. Qualidade do gasto público. Orçamento Público e Políticas Públicas. Transparência, controle e fiscalização da execução orçamentária: mecanismos de intervenção. Potencialidades e fragilidades do processo legislativo orçamentário.

Carga horária: 12 horas.

Referências*:

BARROSO, Luís Roberto. Separação de poderes, transparência e integridade: o caso do orçamento secreto. **Ela pede vista:** estudos em homenagem à ministra Rosa Weber. Londrina: Thoth, 2023. p. 477–492.

BIJOS, Paulo Roberto Simão; MONTEIRO, Solange. Queremos implementar um orçamento por desempenho 2.0. **Conjuntura econômica**, v. 77, n. 3, p. 35-37, mar. 2023. Disponível em:

https://www18.fgv.br/mailling/2023/ibre/Revista_Conjuntura_Marco/9339300/35/#zoom=z.

Acesso em: 3 dez. 2024.

BITTENCOURT, Fernando M. R. **Inconstitucionalidade das “Indicações Parlamentares” em Emendas ao Orçamento**. Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento. Brasília Volume 12, e2205, 2022 págs. 1 – 12. jul./set. 2022. Disponível em: <https://assecor.org.br/download/106/artigos/14500/inconstitucionalidade-das-indicacoes-parlamentares-em-emendas-ao-orcamento.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda. **O orçamento impositivo e a perspectiva do Tribunal de Contas da União**. Boletim de orçamento e finanças, v. 16, n. 180, p. 325–327, abr. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Manual de Emendas ao Orçamento da União para 2024 – PLN 29/2023**. Brasília, 2023. BRASIL. Congresso Nacional. **Resolução 01/2006-CN**. Brasília, 2006.

BRASIL. **Emenda Constitucional 132/2023** – Reforma Tributária. Brasília, 2023.

BRASIL. **Lei 4.320/1964**. Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei 14.802/2024** – Plano Plurianual – PPA 2024-2027. Brasília, 2024.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

BRASIL. **Lei 15.080/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025**. Brasília, 2024.

BRASIL. **Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF**. Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei Complementar 200/2023 – Novo Arcabouço Fiscal**. Brasília, 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. **Manual Técnico do Orçamento – MTO 2025**. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. **Projeto de Lei Complementar PLP 68/2024 – Regulamentação da Reforma Tributária – IBS e CBS**. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. **Projeto de Lei Complementar PLP 108/2024 – Regulamentação da Reforma Tributária – Comitê Gestor do IBS**. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. **Projeto de Lei PLN 3/2024 – PLDO 2025**. Brasília, 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Avaliação de Políticas Públicas – Guia prático de análise ex ante**, Volume 1. Brasília, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Avaliação de Políticas Públicas – Guia prático de análise ex post**, Volume 2. Brasília, 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Série de vídeos Orçamento Fácil**. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/orcamentofacil>. Acesso em 3 dez. 2024.

BRASIL, Felipe Gonçalves (Org.). Agenda governamental brasileira: prioridades e mudanças na dinâmica da atenção sobre a distribuição orçamentária da União (2000-2021). **Revista de administração pública: RAP**, v. 57, n. 5 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/90254/84682>. Acesso em: 3 dez. 2024.

CONTI, José Maurício; MOUTINHO, Donato Volkers; NASCIMENTO, Leandro Maciel do (Orgs.). **Orçamento público no Brasil**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2023.

COUTO, Leandro F. Júnior; CÂMARA, José C. C. **A função dos Planos Plurianuais no direcionamento dos orçamentos anuais: avaliação da trajetória dos PPAs no cumprimento da sua missão constitucional e o lugar do PPA 2020-2023**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília: Ipea, 1990.

FARIA, Rodrigo Oliveira de. **Emendas parlamentares e processo orçamentário no presidencialismo de coalizão**. São Paulo: Blucher, 2023(Série direito financeiro). Disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/5765>. Acesso em: 3 dez. 2024.

FARIA, Rodrigo Oliveira de. **The dismantling of the executive branches budget toolbox and the control of the budget by the National Congress**. SciELO Preprints, 2022.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4875>. Acesso em: 3 dez. 2024.

GONÇALVES, André Luiz de Matos (Org.). O orçamento público como limite para implementação de direitos sociais: análise dos direitos sociais sob a ótica da reserva do possível. **Boletim de orçamento e finanças**, v. 20, n. 228, p. 312-325, abr. 2024.

FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra de Carvalho. **Orçamento público e separação dos poderes no estado constitucional democrático brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

GIAMBIAGI, Fabio. **Teto de gastos: o que aconteceu depois de 2016?** Revista Conjuntura Econômica, v. 74, n. 10, p. 26-30, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/83595>. Acesso em: 3 dez. 2024.

GONTIJO, Vander; GREGGIANIN, Eugênio; SANTA HELENA, Eber Zoehler; HARTUNG, Paulo; MENDES, Marcos; GIAMBIAGI, Fabio. **As emendas parlamentares como novo mecanismo de captura do Orçamento**. Revista Conjuntura Econômica, v. 75, n. 09, p. 20-22, 1 set. 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/84801>. Acesso em: 3 dez. 2024.

JUCÁ, Francisco Pedro; COSTA, Thaís Xavier Ferreira da. Despesa pública, sustentabilidade da dívida pública e o controle político administrativo. **Revista brasileira de direito tributário e finanças públicas**, v. 17, n. 101, p. 112-127, nov./dez. 2023.

LIMA, Laura Patrícia Ferreira. O orçamento público como meio de promoção do desenvolvimento regional: a importância da garantia das prerrogativas das micro e pequenas empresas no contexto da despesa pública. **Fórum de contratação e gestão pública**, v. 22, n. 256, p. 55-83, abr. 2023.

LOCHAGIN, Gabriel Loretto. A evolução das regras fiscais no tratamento do orçamento público brasileiro. **Boletim de orçamento e finanças**, v. 19, n. 216, p. 212-224, abr. 2023.

LUZ, Flávio. **O novo regime fiscal: como chegamos até aqui?: a adoção da EC 95/2016 na perspectiva de múltiplos fluxos**. São Paulo: Dialética, 2023.

MELLO, Guilherme; CONCEIÇÃO, Claudio; MONTEIRO, Solange. Há espaço para uma revisão e racionalização dos gastos tributários. **Conjuntura econômica**, v. 78, n. 4, p. 18-24, abr. 2024. Disponível em: https://www18.fgv.br/mailling/2024/IBRE/Revista_Conjuntura_Abril/18/#zoom=z. Acesso em: 3 dez. 2024.

NOGUEIRA, Liliane. **Emendas Parlamentares, Orçamento Impositivo e Gestão Participativa**. 2014. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/27382>.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

PALMEIRA, Dalmo J. L. **O Orçamento Público Federal e as Emendas de Relator**. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Orçamento Público). Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Senado Federal, p.35, 2022.

PAULA, Virgínia A. O. **Incentivos à adoção de mecanismos extraorçamentários e seus efeitos sobre a governança orçamentária**. Análise de casos em âmbito federal no período de 2012 a 2021. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Orçamento Público). Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Senado Federal, p.105, 2022.

PEREIRA, Franciele Alves. Introdução às etapas do orçamento público: abordagem teórica nos diferentes entes da federação (PPA, LDO, LOA). **Manual de captação de recursos em saúde**. São Paulo : Editora dos Editores, 2023, p. 9-14.

PINTO, Vilma da Conceição. Desafios e perspectivas do Regime Fiscal Sustentável no orçamento de 2024. **Conjuntura econômica**, v. 78, n. 1, p. 30-32, fev. 2024. Disponível em: https://www18.fgv.br/mailling/2024/IBRE/Revista_Conjuntura_Fevereiro/30/#zoom=z. Acesso em: 3 dez. 2024.

PINTO, Vilma da Conceição. O próximo passo do Regime fiscal sustentável. **Conjuntura econômica**, v. 78, n. 4, abr. 2024. Disponível em: https://www18.fgv.br/mailling/2024/IBRE/Revista_Conjuntura_Abril/34/#zoom=z. Acesso em: 3 dez. 2024.

RODRIGUES, Taíla Albuquerque. **Emendas parlamentares individuais**: a relação entre os poderes executivo e legislativo após a promulgação da Emenda constitucional no 86/2015. Boletim de Orçamento e Finanças, v. 16, n. 177, p. 12–49, jan. 2020.

SILVA, José de Ribamar Pereira da. **Orçamento impositivo**: a execução obrigatória da despesa aperfeiçoaria a gestão pública? 2013. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/496344>. Acesso em: 3 dez. 2024.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e poderá ser ampliada pelo facilitador de aprendizagem.

Disciplina V – Ética, Responsabilidades e Limites no Desempenho do Mandato Parlamentar

Objetivos:

- discutir as responsabilidades e os limites da atuação parlamentar;
- descrever o mandato parlamentar, com base em princípios éticos e de decoro, no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional;



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

- relacionar a atuação da assessoria com o desempenho parlamentar ético e responsável.

Ementa: Ética e decoro parlamentar. Deveres e vedações impostos aos parlamentares. Hipóteses de medidas disciplinares. Estrutura, composição e organização do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal (CEDP). Fases do processo ético-disciplinar: requisitos de admissibilidade da peça acusatória, instauração, instrução probatória e aplicação da penalidade. Consequências da perda do mandato. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o processo ético-disciplinar no Poder Legislativo. *Compliance* para assessores parlamentares. Riscos e responsabilidades da chefia de gabinete. *Lobby* e *advocacy* no parlamento (grupos de interesse e pressão: mídia, ONGs, entidades setoriais e de classe). Opinião pública e comportamento parlamentar.

Carga horária: 12 horas.

Referências*:

ALEIXO, Pedro. **Imunidades parlamentares**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2020. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/570640/Imunidades_parlamentares.pdf. Acesso em: 3 dez. 2024.

BIANCHI, Thiago Santos. **Imunidades Parlamentares**. Leme, SP: Rumo Jurídico Editora, 2021.

BRAGA, Pedro. **Ética, direito e administração pública**. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176590>. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASIL. Senado Federal. Resolução nº 20, de 1993. **Código de Ética e Decoro Parlamentar**. Texto atualizado até a Resolução nº 24, de 2008. Diário do Congresso Nacional, nº 43, seção nº 2, de 18 de março de 1993, p. 2314. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/conselhos/-/conselho/cedp/legislacao>. Acesso em 3 dez. 2024.

CAMBRAIA, Márcio Florêncio Nunes. **Os Jogos do Poder: Como Entender e Analisar a Realidade Política de um Mundo em Transformação**. Editora Del Rey, 2018.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

COSTA, Daniel Castro Gomes da. **Partidos políticos e compliance**. 2. ed., ampl. atual. Belo Horizonte: Fórum, 2022.

DAMAZIO, Caio. **A atuação parlamentar e seu limite jurídico-político**: processo legislativo disciplinar na Câmara dos Deputados. São Paulo: Dialética, 2024.

FELLET, André. O Supremo Tribunal Federal e a reescrita do Estatuto dos Congressistas. In: NOVELINO, Marcelo; FELLET, André (Coords.). **Separação de poderes**: aspectos contemporâneos da relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Salvador: Juspodivm, 2018, pp. 385-409.

GELAK, Deanna. **Lobbying and Advocacy**: Winning Strategies, Resources, Recommendations, Ethics and Ongoing Compliance for Lobbyists and Washington Advocates: The Best of Everything Lobbying and Washington Advocacy. TheCapitol.Net, 2008.

HORTA, Raul Machado. **Imunidades parlamentares**. Revista de Informação Legislativa, v. 4, n. 15/16, p. 41-68, jul./dez. 1967. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180793/000349585.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo; TÔRRES, Heleno Taveira; BOTTINI, Pierpaolo; SINGER, André (Orgs.). **Direito, mídia e liberdade de expressão**: custos da democracia. São Paulo: Quartier Latin, 2023.

MOOR, Francine. **Mulheres e lobby no parlamento brasileiro**. 1. ed. Brasília: Edições Câmara, 2023. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/41324/mulheres_lobby_moor.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 3 dez. 2024.

NASCIMENTO, Roberta Simões. O controle da ética parlamentar no Senado Federal: a punição disciplinar dos senadores em argumentos e números. **Revista de informação legislativa**, v. 61, n. 241, p. 13-43, jan./mar. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/61/241/ril_v61_n241.pdf#page=13. Acesso em: 3 dez. 2024.

POWER, Greg. **Handbook on Parliamentary Ethics and Conduct**: A Guide for Parliamentarians. Global Organization of Parliamentarians Against Corruption. Disponível em: <https://www.mickikaminska.com/GOPAC/Docs/HandbookOnParliamentaryEthicsAndConductAGuideForParliamentarians.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

SANTOS, Luiz Alberto dos. **Regulamentação das atividades de lobby e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo de políticas públicas**: análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil. 2015. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/521115>. Acesso em: 3 dez. 2024.

SAUL, Ricardo Luiz Ribeiro. A Constitucionalidade das Atividades de Lobbying no Brasil. **Revista de direito constitucional e internacional**, v. 26, n. 110, p. 177–198, dez. 2018.

SAAVEDRA, Giovani Agostini; ROTSCH, Thomas. **Compliance**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

SILVA, Isabel Arruda Quadros da. Inviolabilidade parlamentar e fake news: a imunidade protege a mentira? **Direito, mídia e liberdade de expressão**: custos da democracia. São Paulo : Quartier Latin, 2023., p. 593-620.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e poderá ser ampliada pelo facilitador de aprendizagem.

Disciplina VI – Laboratório de Práticas

- aplicar o método de estudos de casos para análise da vivência em gabinetes parlamentares;
- compreender os recursos metodológicos aplicáveis aos estudos de caso que podem ser empregados no desenvolvimento dos trabalhos requeridos ao longo do curso e as fontes de consulta para a elaboração do seu conteúdo;
- discutir temas emergentes relacionados às experiências práticas de assessoria parlamentar no contexto do Poder Legislativo.

Ementa: Métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa. Textos acadêmicos. Fontes de pesquisa. O estudo de caso como método de pesquisa e como técnica de ensino. Elementos do processo de seleção de casos. Planejamento e organização dos seminários. Técnicas de apresentação de trabalhos científicos. Etiqueta acadêmica.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Carga horária: 12 horas.

Detalhamento da disciplina:

A disciplina Laboratório de Práticas deverá consolidar a aprendizagem do curso por meio da análise e da discussão de casos concretos e da exposição para a turma, nas formas oral e escrita, utilizando relatórios e apresentação de slides. O estudo de caso **não** deverá apresentar apenas um resumo das leituras selecionadas, sendo os discentes incentivados a conceber um tema de interesse e trazer reflexões que articulem as dimensões teórico-conceituais e empíricas. Os trabalhos desenvolvidos na disciplina, bem como a sua apresentação, deverão **sempre** contemplar questões relevantes para a assessoria parlamentar no contexto do Parlamento Brasileiro.

Na primeira aula, que ocorrerá, preferencialmente, após a conclusão de 40% do curso, o facilitador de aprendizagem deverá apresentar as diretrizes da disciplina e abordar orientações fundamentais para a boa execução dos trabalhos, como fontes de pesquisa e restrição ao plágio, bem como os parâmetros de acompanhamento e de avaliação. Em seguida, deverá apresentar algumas temáticas relativas aos tópicos desenvolvidos ao longo do curso e distribuir os alunos, preferencialmente, em 9 grupos, com 4 a 5 participantes em cada. Estes escolherão um tema de interesse por grupo, não sendo recomendável a repetição de temas. Os alunos poderão sugerir assuntos alternativos aos apresentados pelo facilitador de aprendizagem, porém sujeitos à aprovação deste. Os discentes poderão utilizar estudos de caso apresentados pelo facilitador de aprendizagem como referência para os trabalhos que realizarão ao longo do programa da disciplina.

As duas aulas seguintes ocorrerão após a conclusão, preferencialmente, de 50% e 75% do curso, respectivamente. Nelas o docente fará o acompanhamento dos estudos de caso em desenvolvimento e apontará eventuais ajustes ou correções nos trabalhos. Tal acompanhamento se dará de forma coletiva, dentro do horário previsto para a disciplina.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

As três últimas aulas ocorrerão ao final do curso e serão dedicadas à apresentação e aos debates acerca dos estudos de caso definidos dentro dos temas escolhidos pelos grupos na primeira aula. Sugere-se que, durante o período, cada grupo tenha até 40 minutos para a apresentação e debates com o docente e com os demais discentes. Todos os membros do grupo deverão participar ativamente da elaboração do trabalho (independentemente do formato), bem como da apresentação e da discussão, que também terá o docente como arguente ativamente atuante.

É recomendável que o grupo submeta antecipadamente ao docente os *slides* e um roteiro para moderar o debate com a turma, a fim de esclarecer possíveis dúvidas e ter em mãos o conteúdo adequado no dia da apresentação.

Após a apresentação, cada grupo deverá entregar ao facilitador de aprendizagens os *slides* utilizados na exposição do estudo de caso e um trabalho redigido pelo grupo, incluindo as contribuições e as sugestões decorrentes dos debates após a apresentação. É desejável que o trabalho final seja estruturado em forma de artigo científico, dentro dos parâmetros indicados pelo facilitador de aprendizagem. Cada grupo deverá confirmar com o docente o prazo de entrega desses materiais, que deverão ser considerados na composição da nota da disciplina.

Quadro-resumo sugerido para a disciplina:

Aula	Conteúdo	Carga Horária
1	Diretrizes laborais e formação dos grupos	2h
2	Orientações e temas previstos na ementa	2h



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

3	Orientações e temas previstos na ementa	2h
4	Apresentação e debates	2h
5	Apresentação e debates	2h
6	Apresentações, debates e encerramento da disciplina	2h

Referências*:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: **Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos** – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COLLIER, D. **Understanding Process Tracing**. PS: Political Science & Politics 44, n. 4, p. 823-830, October 2011. Disponível em:
<https://polisci.berkeley.edu/sites/default/files/people/u3827/Understanding%20Process%20Tracing.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

ENAP. Estudos de Caso – Casoteca. Disponível em:
<https://www.enap.gov.br/pt/pesquisa-e-conhecimento/publicacoes/estudos-de-caso-casoteca>. Acesso em: 3 dez. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. Disponível em:
http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=direct&doc_number=001142003&local_base=SEN01. Acesso em: 3 dez. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um Guia para Iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2012.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

GOMES NETO, José Mário Wanderley; ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros de; SILVA, Renan Francelino da. **Estudos de caso: manual para a pesquisa empírica qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2024.

GOMES NETO, José Mário Wanderley; BARBOSA, Luis Felipe Andrade; PAULA FILHO, Alexandre Moura Alves de. **O que nos dizem os dados?** Uma introdução à pesquisa jurídica quantitativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

MACHADO, Daniel Baldin. **Sete elementos do processo de seleção de casos: contribuições para um maior rigor e transparência nas Ciências Sociais**. Revista Brasileira de Ciência Política, São Paulo, n. 36, p. 1-32, out. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/g6rXxyVTPLnfSV3v7fXyNvR/?lang=pt>. Acesso em: 3 dez. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de. **Qual o Lugar do Caso nas Ciências Sociais?** Conexão Política, v. 4, n. 2, p. 67–82, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/5675>. Acesso em: 3 dez. 2024.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Diretrizes para realização de um seminário**. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 63–71.

SCHWARTZ, Fabiano. **Curso de Métodos Inferenciais**. Disponível em: <https://fabiano.id/mipl.html>. Acesso em: 3 dez. 2024.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e poderá ser ampliada pelo facilitador de aprendizagem.

6. METODOLOGIA

A proposta didático-pedagógica buscará propiciar condições para a produção, integração, disseminação e aplicação prática dos saberes que compõem o tema do curso. O escopo das aulas deverá fomentar a participação ativa e a iniciativa individual dos alunos, ao mesmo tempo que estimulará as atividades colaborativas e a aprendizagem coletiva. Também buscará incentivar o desenvolvimento teórico-conceitual acerca da área sob enfoque.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

O curso será estruturado em disciplinas independentes, mas integradas, que serão compostas por aulas expositivas-dialogadas e debates, de forma a unir os fundamentos teóricos às atividades práticas. Os conteúdos, por sua vez, serão trabalhados levando-se em consideração os conhecimentos necessários para o melhor desempenho da atividade de assessoria parlamentar, aproveitando-se, na medida do possível, das produções intelectuais dos próprios alunos, ainda inéditas, mas atuais e compatíveis com os tópicos estudados.

As aulas serão semanais, de forma remota, utilizando plataforma de videoconferência, como Zoom ou outra que porventura se mostre mais qualificada e esteja disponível.

Será estimulada a utilização de metodologias ativas de aprendizagem, que levam o aprendiz a participar de forma comprometida com o seu processo de desenvolvimento enquanto reflete sobre aquilo que está fazendo, tornando sua experiência significativa. De acordo com Marques et al (2021)², as metodologias ativas abrangem atividades de estudos individuais e grupais tais como “*aprendizagem cooperativa*”, “*aprendizagem baseada em equipe*”, “*aprendizagem baseada em casos*”, “*aprendizagem baseada em projetos*”, “*sala de aula invertida*” e “*jogos educativos*”. Portanto, buscar-se-á explorar abordagens de ensino com potencial inovador por promoverem a reflexão-ação (articulação entre teoria e prática), como aprendizagem baseada em problemas (estudos de caso) e *learning by doing* (aprender fazendo).

Deverá ser priorizado o planejamento instrucional (pelo docente, por meio do plano de ensino e, se possível, roteiros de atividades de ensino) para o melhor aproveitamento dos recursos didático-pedagógicos – a exemplo de ferramentas interativas, da plataforma de videoconferência e do ambiente virtual de aprendizagem – para o alcance dos objetivos de aprendizagem e para o enriquecimento da experiência discente.

6.1. Previsão da execução das aulas remotas

² MARQUES, H. R. et al.. Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), v. 26, n. 3, p. 718–741, set. 2021.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

As aulas ocorrerão virtualmente, de forma remota e síncrona, às segundas e sextas-feiras, das 8h às 12h10 – com 10 minutos de intervalo a cada duas horas de atividades letivas, e, excepcionalmente, às segundas-feiras, das 14h30 às 16h30. Quando previsto no plano de ensino do componente curricular, será facultado aos alunos o acompanhamento às aulas de forma assíncrona (em substituição à participação síncrona), desde que apresentado ao facilitador de aprendizagem correspondente, para fins de recuperação, um resumo (em forma de relatório, mapa conceitual ou formato a ser definido pelo facilitador de aprendizagem) elaborado a partir dos assuntos abordados na aula correspondente ou a partir de texto indicado pelo docente. Contudo, a participação substitutiva, por meio de aulas assíncronas, não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) da carga horária de cada disciplina.

A participação assíncrona poderá implicar na redução da nota final do componente curricular, aferida pelo discente, no quesito participação em sala de aula, conforme os critérios estipulados no plano de ensino. Recomenda-se que o plano de ensino não preveja a possibilidade alternativa de assistência assíncrona nos encontros finais do componente curricular Laboratório de Práticas.

É responsabilidade única e exclusiva de cada discente a frequência aos encontros virtuais, bem como a recuperação de conteúdo em caso de indisponibilidade de agenda para participação nas atividades síncronas. As aulas virtuais, quando gravadas para fins de recuperação do discente no componente curricular, conforme o plano de ensino, estarão disponíveis por tempo limitado a critério do ILB, sendo seu uso único e exclusivo para fins didático-pedagógicos do curso.

7. PROCESSO AVALIATIVO

O processo avaliativo será composto por dois tipos de avaliação: a de aprendizagem e a do curso.

7.1 Avaliação de aprendizagem



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

A avaliação de aprendizagem deve expressar o grau de desempenho e de desenvolvimento do discente ao longo da disciplina, de modo a contribuir para o alcance, em nível individual, dos objetivos de aprendizagem.

Os critérios de avaliação de aprendizagem de cada disciplina serão definidos pelo docente, em conjunto com o coordenador-geral do curso e com o SEFOPEE, e deverão constar no plano de ensino de cada componente curricular, podendo ser considerados, dentre outros:

- o interesse, a pontualidade e a assiduidade;
- a busca de material complementar à leitura indicada;
- a efetiva leitura do material bibliográfico das aulas;
- a análise crítica e/ou fichamento das leituras;
- a participação das discussões em sala e em fóruns virtuais;
- os trabalhos desenvolvidos individualmente ou em grupo.

Para alcançar aprovação em cada componente curricular, o discente deverá obter nota mínima 6.0 e possuir frequência mínima de 75% em cada disciplina, conforme critérios de apuração que vierem a ser estabelecidos no respectivo plano de ensino.

O desempenho global do discente no curso em termos de avaliação de aprendizagem considera a média simples das notas obtidas em cada uma das seis disciplinas.

7.2 Avaliação do Curso

A avaliação da ação educacional será realizada a partir de questionários a serem respondidos pelos discentes, pelos docentes e pelo coordenador-geral. Os instrumentos de avaliação serão aplicados por meio da plataforma Saberes.

8. CORPO DISCENTE

Para a realização da inscrição, o discente deverá possuir diploma de graduação e apresentar toda a documentação exigida em chamada pública para formalização da matrícula.

Para fins de organização do fluxo de inscrições, o período de requerimento para a



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

assunção de vagas ocorrerá em três etapas: I) exclusivamente para servidores do Senado Federal; II) para servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União; III) para servidores da etapa II e de outras organizações públicas conveniadas, com instrumentos vigentes, com o Instituto Legislativo Brasileiro/Senado Federal ou apenas Senado Federal.

9. CERTIFICAÇÃO

O curso será certificado pelo próprio Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Para fazer jus ao certificado, o aluno deverá obter nota e frequência mínimas necessárias à aprovação (6.0 e 75%, respectivamente), em cada uma das seis disciplinas do curso, de acordo com o calendário e as demais regras estabelecidas.

10. CORPO DOCENTE

O corpo docente será selecionado segundo a Instrução Normativa (IN) do ILB nº 01/2021 (e atualizações).

11. RECURSOS

11.1. Humanos

Facilitadores de aprendizagem, preferencialmente do quadro do Senado Federal, selecionados com base na IN do ILB nº 1/2021 (e atualizações) e em conformidade com o Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf – consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022 e alterações).

Tratando-se de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC), a forma de custeamento da ação educacional encontra-se fundamentada no art. 19 do Anexo IV do RASf e no art. 76-A da Lei nº 8.112/1990.

11.2. Didáticos

Textos de apoio, filmes, dinâmicas em grupo, uso da Plataforma Saberes,



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

plataforma de videoconferência, Plataforma Mentimeter, recursos audiovisuais, fóruns temáticos, exercícios de fixação, dentre outros a serem indicados pelos facilitadores de aprendizagem.

11.3. Financeiros

Encargo / Papel	Carga horária	Formação docente esperada Mínima/Máxima	Custo Estimado com base na formação máxima³
Facilitador de Aprendizagem da disciplina “Visão Sistêmica do Poder Legislativo”	10 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 5.020,60
Facilitador de Aprendizagem da disciplina “Organização e Administração de Gabinetes Parlamentares no Senado Federal”	12 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 6.024,72
Facilitador de Aprendizagem da disciplina “O Papel do Assessor Parlamentar no Processo Legislativo no Senado Federal e no Congresso Nacional”.	12 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 6.024,72

³ Os custos foram calculados com base nos valores de GECC definidos no ADG nº 3/2024.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Facilitador de Aprendizagem da disciplina “O Orçamento Público e a Atuação da Assessoria Parlamentar”	12 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 6.024,72
Facilitador de Aprendizagem da disciplina “Ética, Responsabilidades e Limites no Desempenho do Mandato Parlamentar”	12 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 6.024,72
Facilitador de Aprendizagem da disciplina “Laboratório de Práticas”	12 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 6.024,72
Coordenador-Geral do Curso	30 horas ⁴	Mestrado/ Doutorado	R\$ 9.584,70
Teto do custo total estimado com base na possível titulação máxima do quadro docente			R\$ 44.728,90
Supervisão Pedagógica	Atribuições a serem exercidas diretamente pela área técnica (SEFOPEE/COESUP)		

⁴ Máximo de 30 horas remuneradas, distribuídas nos três meses estimados de execução da iniciativa.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

12. INDICADORES DE DESEMPENHO:

Indicadores de planejamento

Indicador	Detalhamento	Meta
Projeto pedagógico	Fórmula: Média da pontuação dos itens da questão “Avalie o curso sob os seguintes aspectos”, na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- Modalidade das aulas (presencial, remoto, EAD, híbrido etc.)- Horário de realização do curso- Período de realização do curso- Adequação do conteúdo à carga horária estabelecida- Conteúdo programático- Carga horária semanal- Carga horária total	
Disciplinas	Fórmula: Média da pontuação dos itens da questão “Avalie a disciplina sob os seguintes aspectos” nas avaliações das disciplinas pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- Carga horária total disponível para a disciplina- Duração das aulas- Ementa da disciplina- Objetivos da disciplina- Quantidade de atividades avaliativas- Formato das atividades avaliativas	



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Indicadores de atendimento

Indicador	Detalhamento	Meta
Corpo técnico-administrativo do ILB	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie o corpo técnico-administrativo do ILB sob os seguintes aspectos” na avaliação do curso pelos alunos.	≥ 8,5
	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- Agilidade na entrega de declarações e outros serviços da Secretaria Acadêmica- Atendimento a dúvidas quanto ao uso das plataformas virtuais (Zoom, Teams e Saberes)- Orientações preliminares antes da efetivação da matrícula- Notificações de atividades pendentes- Notificações de alunos faltantes- Agilidade no lançamento das frequências no Saberes- Agilidade na liberação das aulas gravadas para os alunos autorizados- Gestão da sala de aula e das gravações- Apoio técnico na realização das aulas- Adequação das informações apresentadas na ambientação	
Coordenador-geral do curso	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie a atuação do coordenador-geral do curso sob os seguintes aspectos” na avaliação do coordenador-geral do curso pelos alunos.	≥ 8,5
	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- Relacionamento interpessoal- Pontualidade e assiduidade nos compromissos marcados- Disponibilidade para atendimento aos alunos- Agilidade no atendimento das demandas- Capacidade de resolução de problemas- Acompanhamento do funcionamento do curso	



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Corpo docente	Fórmula: Média da pontuação dos itens da questão “Avalie a atuação do facilitador de aprendizagem sob os seguintes aspectos” nas avaliações das disciplinas pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- Pontualidade e assiduidade- Domínio do conteúdo- Domínio dos recursos tecnológicos utilizados- Didática e estratégias de ensino-aprendizagem- Cumprimento do plano de ensino- Capacidade de lidar com divergências de opinião- Atendimento a dúvidas dos alunos- Coerência entre as atividades avaliativas e o conteúdo apresentado- Feedback sobre as atividades avaliativas- Pontualidade na divulgação das notas- Qualidade dos materiais didático-pedagógicos disponibilizados- Agilidade na disponibilização dos materiais didático-pedagógicos- Qualidade da bibliografia utilizada	

Indicadores de infraestrutura de apoio ao ensino

Biblioteca do Senado Federal	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie sua experiência em relação à Biblioteca do Senado Federal” na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- Biblioteca do Senado Federal física- Biblioteca do Senado Federal digital	
Plataforma Zoom	Fórmula: Média da pontuação do item “Plataforma Zoom” na questão “Avalie sua experiência com os aspectos da infraestrutura tecnológica disponibilizada para o curso” na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,5$



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

	Item Avaliado: - Plataforma Zoom	
Plataforma Teams	Fórmula: Média da pontuação do item “Plataforma Teams” na questão “Avalie sua experiência com os aspectos da infraestrutura tecnológica disponibilizada para o curso” na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Item Avaliado: - Plataforma Teams	
Plataforma Saberes	Fórmula: Média da pontuação do item “Plataforma Saberes” na questão “Avalie sua experiência com os aspectos da infraestrutura tecnológica disponibilizada para o curso” na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Item Avaliado: - Plataforma Saberes	

Indicadores de resultados:

Indicador	Detalhamento	Meta
Vagas ocupadas	Fórmula: Quantidade de alunos regulares matriculados em relação ao previsto no projeto pedagógico.	100%
Índice de aprovação	Fórmula: Percentual de alunos regulares matriculados que atenderam aos critérios de aprovação no curso.	$\geq 90\%$
Índice de desistência/evasão	Fórmula: Percentual de alunos regulares matriculados que foram reprovados por falta em pelo menos uma disciplina do curso.	$\leq 5\%$
Atendimento aos objetivos de aprendizagem da disciplina	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie sua capacidade de realizar as seguintes atividades depois da disciplina” nas avaliações das disciplinas pelos	$\geq 8,5$



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

	alunos.	
	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- Disciplina I:<ul style="list-style-type: none">- Objetivos de aprendizagem da disciplina.- Disciplina II:<ul style="list-style-type: none">- Objetivos de aprendizagem da disciplina.- Disciplina III:<ul style="list-style-type: none">- Objetivos de aprendizagem da disciplina.- Disciplina IV:<ul style="list-style-type: none">- Objetivos de aprendizagem da disciplina.- Disciplina V:<ul style="list-style-type: none">- Objetivos de aprendizagem da disciplina.- Disciplina VI:<ul style="list-style-type: none">- Objetivos de aprendizagem da disciplina.	
Atendimento aos objetivos de aprendizagem do curso	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie sua capacidade de realizar as seguintes atividades depois do curso” na avaliação do curso pelos alunos.	≥ 8,5
	<ul style="list-style-type: none">● estimular a reflexão crítica sobre a dinâmica do Poder Legislativo;● ampliar a visão do papel do assessor parlamentar na estrutura do Congresso Nacional;● fomentar a compreensão da complexidade dos fenômenos que envolvem o Legislativo, por meio de conhecimentos essenciais às atividades de assessoramento aos parlamentares;● analisar os aspectos teóricos, legais e práticos do processo legislativo e orçamentário;● oportunizar o diálogo crítico e qualificado acerca da organização e da administração de gabinetes parlamentares;● discutir os limites e as possibilidades relativos	



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

	à conduta dos representantes políticos; <ul style="list-style-type: none">• construir conhecimentos especializados em temáticas relativas ao assessoramento parlamentar.	
Rendimento médio por disciplina	Fórmula: Média das notas por disciplina, considerando os alunos que participaram de pelo menos uma de suas aulas.	$\geq 8,0$
Rendimento médio por curso	Fórmula: Média dos valores de rendimento médio obtidos no curso.	$\geq 8,0$
Frequência média por disciplina	Fórmula: Percentual médio de frequência na disciplina, considerando os alunos que participaram de pelo menos uma de suas aulas.	$\geq 75\%$
Frequência média por curso	Fórmula: Média dos valores de frequência média por disciplina obtidos para cada disciplina do curso.	$\geq 80\%$
Impacto profissional imediato da disciplina	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie o impacto profissional imediato da disciplina em seu trabalho, sob os seguintes aspectos” nas avaliações das disciplinas pelos alunos.	≥ 7
	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- aumento da eficiência no cumprimento das tarefas;- melhoria do grau de motivação no contexto laboral- aumento da qualidade na entrega dos resultados esperados- aptidão para o desenvolvimento de novas atividades	
Impacto profissional imediato do curso	Fórmula: Média global dos valores de impacto profissional imediato obtidos nas disciplinas do curso.	≥ 7



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Atendimento a expectativas	Fórmula: Percentual de respostas SIM à questão “O curso atendeu às suas expectativas” na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 80\%$
-----------------------------------	---	-------------